



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005537-40.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Enio Dionisio Gomes**
 Requerido: **CASA SOL DECOR LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

A ré é revel.

Citada pessoalmente (fl. 10), ela compareceu à audiência de tentativa de conciliação ciente de que deveria apresentar até aquela data contestação por meio digital ou fazê-lo até 23h:59min do dia em que tal ato se realizou.

Isso não sucedeu, porém, sendo a peça de resistência coligida apenas no dia seguinte.

Como justificativa, asseverou que não obstante inúmeras tentativas no dia da audiência *"não conseguia acessar o sistema de peticionamento eletrônico"* (fl. 52, penúltimo parágrafo), mas instada a comprovar a indisponibilidade desse sistema então (fl. 54) permaneceu inerte (fl. 56).

Fica patenteada em consequência a intempestividade da contestação coligida, de forma que são reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

De outra banda, a prova documental amealhada pelo autor prestigia sua explicação, não sendo crível que ele se recusasse imotivadamente a receber os produtos que lhe foram entregues (tal alternativa apenas é compatível com o envio de material diverso do comprado) ou que se dirigisse até o PROCON local para solucionar problema inexistente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Bem por isso, resta positivada a obrigação da ré em ressarcir o valor pago pelo autor por mercadoria que não lhe foi a final entregue, devidamente atualizado, a exemplo dos danos morais que suportou.

A dinâmica fática exposta a fl. 01 deixa claro que ao menos no caso dos autos a ré não dispensou ao autor o tratamento que se esperava, seja por vender produtos de que não dispunha em estoque, seja porque não demonstrou interesse em resolver a questão posta de maneira minimamente diligente.

O montante postulado a esse título é razoável e atende os pressupostos usualmente observados em situações afins.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.102,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**